



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

**ATA DE REUNIÃO**

**8ª Reunião Ordinária  
Comitês Orçamentários de 1º e 2º Grau**

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
23/04/2021	09h00min	Videoconferência

MEMBROS PRESENTES		CARGO	CATEGORIA	REGIÃO
Comitê do 1º grau	João Benedito da Silva	Desembargador	Suplente	Indicado no Pleno
	Odilson de Moraes	Magistrado	Titular	Indicado no Pleno
	Fábio Brito de Faria	Magistrado	Titular	1ª
	Gustavo Farias Alves	Servidor	Titular	2ª
	Bruno Medrado dos Santos	Magistrado	Titular	3ª
	Danilo Lacerda Fernandes	Servidor	Titular	5ª
	Gilberto de Medeiros Rodrigues	Magistrado	Titular	Entidade Classista
	Pedro Henrique de Araújo Rangel	Magistrado	Suplente	5ª
	Janeleide Lázaro Oliveira Ressia	Servidora	Titular	1ª
Comitê do 2º grau	Leandro dos Santos	Desembargador	Titular	Indicado no Pleno
	Altamir de Alencar Pimentel Filho	Servidor	Suplente	Entidade Classista
	Higor Rodrigues Leal	Servidor	Titular	Indicado no Pleno



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

**PAUTA**

1. Orçamento 2020
2. Execução Orçamentária 2021 – Primeiro Trimestre
3. Pagamento de Custas por Cartão de Crédito – proposta sugerida
3. Debates
4. Encerramento

**DEBATES**

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de 2021, pelas 09h00min, reuniram-se por videoconferência os Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB). Iniciados os trabalhos, o Des. João Benedito passou a palavra ao Des. Leandro que destacou a importância das decisões que serão tomadas pelo Comitê. Foi passada a palavra a Caroline, que explanou sobre a composição do Comitê, lembrando da representação de cada circunscrição e da representação classista dos servidores e magistrados e que esse ano, no segundo semestre, os mandatos dos atuais membros eleitos se encerram, sendo preciso fazer nova eleição. Passou a palavra a Dra. Izabel, que apresentou a execução orçamentária, demonstrando em detalhes as receitas e despesas previstas frente às realizadas até o momento, bem como a composição das receitas e despesas e os saldos remanescentes em cada fonte de receita; mostrando que houve uma frustração na arrecadação tanto da Esma, quanto do Fundo Judiciário, devido a situação de pandemia. E expôs que 99,99% do que foi orçado, foi realizado no Tesouro. O servidor Altamir questionou o aumento da despesa do fundo em dezembro de 2020, que foi respondido pela Dra. Izabel que seria em razão dos contratos principalmente de mão de obra, além de pagamento de décimo terceiro salário de terceirizados, repasses a mais que acontecem nesse período, e pela descentralização do auxílio saúde dos servidores do Tesouro. Dr. Fábio destacou o aumento da arrecadação de custas e taxas no segundo semestre de 2020, lembrando que já seria reflexo do Módulo Gestor de Custas. Des. Leandro lembrou que uma costura feita entre os magistrados em relação a gratuidade das custas, aliada a ferramenta do Módulo, contribuiu bastante para esse aumento na arrecadação. O servidor Altamir, representante classista dos servidores no comitê de segundo grau, demonstrou preocupação com a falta de critérios objetivos na análise dos pedidos de gratuidade de justiça formulados na fase inicial dos processos. Complementou registrando que, tal situação, pode resultar em dificuldade ao acesso à Justiça para o jurisdicionado. Dr. Odilson ressaltou que nem sempre negar justiça gratuita seria negar a justiça, levando em consideração a existência dos juizados. O servidor Altamir, em seguida, indagou a Dra. Izabel sobre a previsão do aumento da contribuição previdenciária patronal, que foi objeto da Reforma Previdenciária, que afirmou já ter sido provisionado. Questionada sobre a compra de computadores pelo servidor Gustavo Farias, Dra. Izabel informou que seria apenas para o 1º Grau. Dr. Gilberto fez uma ponderação sobre as fontes de receitas do TJPB, de se garantir ao menos a correção do orçamento pelo Índice Nacional de Preços aos Consumidor (IPCA) na peça orçamentária do próximo ano; e, sobre as custas, dar um tratamento uniforme nas análises processuais, a fim de melhorar arrecadação. Des. Benedito sugeriu a realização de uma reunião, para se discutir essa questão com a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

Associação dos Magistrados, a Presidência do TJPB e a Corregedoria Geral de Justiça. A palavra foi passada ao servidor Gustavo Farias, que expôs um ranking entre a arrecadação de custas finais das Unidades Judiciárias, no mesmo período base, na mesma base territorial e de mesma competência, mostrando uma diferença de 364,00% entre a que mais arrecada e a que menos arrecada. Explanou sobre a proposta de minuta do pagamento das custas via cartão de crédito e expôs os estudos que vem desenvolvendo com os juízes Dr. Gilberto de Medeiros e Dra. Andrea Ximenes no Projeto Estratégico “Formatação de Setor Especializado no tratamento de Custas Processuais Finas”, que permitirá maior incremento orçamentário, a partir da sua execução. Destacou que no pagamento por cartão de crédito não haverá redução na arrecadação nem em ônus para o Judiciário, visto que eventuais taxas cobradas pelo cartão serão de responsabilidade do jurisdicionado. Des. Leandro parabenizou o servidor Gustavo no desempenho do trabalho realizado e destacou a relevância da arrecadação das custas finais. Comentando sobre a proposta de pagamento com cartão de crédito, Dr. Gilberto ressaltou que a ampliação nas formas de pagamento das custas, é um mecanismo de ampliação do acesso à Justiça. Registrou também que isso permitirá que o TJPB desenvolva políticas governamentais pra melhorar a jurisdição. Dr. Fábio sugeriu incluir na proposta a possibilidade de pagamento das custas com PIX, sugestão acatada por todos. Dr. Bruno Medrado registrou a dificuldade dos servidores em fazer o cálculo das custas judiciais, remetendo para o contador fazer esses cálculos, sendo este um dos grandes gargalos da tramitação processual. Altamir levantou a possibilidade de um treinamento do cálculo das custas para os servidores, visto que muitos alegam não terem tido o devido treinamento para desempenhar essa função. O servidor Gustavo informou que esse treinamento faz parte do escopo do Projeto “Formatação de Setor Especializado no tratamento de Custas Processuais Finas”. Des. Benedito parabenizou os expositores pelo que foi apresentado, agradecendo a agregação de conhecimento pelo debate de alto relevo e disse que a consequência desses debates será uma melhor e mais célere prestação de serviço jurisdicional. Foi passada a palavra a servidora Caroline, que ressaltou os encaminhamentos:

- 1) Expediente à Presidência sugerindo a inclusão desse Comitê nas discussões do próximo Orçamento, quanto a correção inflacionária dos recursos do tesouro e demandas prioritárias indicadas pela Comissão.
- 2) Processo Administrativo com Projeto de resolução proposto pelo servidor Gustavo, incluindo já a nova forma de pagamento, que é o PIX.
- 3) Formatação de metodologia adequada para captação das demandas do próximo Orçamento.

Foram encerrados os trabalhos pelo Des. Benedito, confirmando o dia 31 de maio como sendo a data da próxima reunião, as 9h da manhã.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo responsável na unidade de apoio, a Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

ANA CAROLINE LEAL  
VASCONCELOS:4758269

Assinado de forma digital por ANA  
CAROLINE LEAL  
VASCONCELOS:4758269  
Dados: 2021.05.13 10:34:28 -03'00'